



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE MARCAS, DESENHOS INDUSTRIAIS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

CERTIFICADO DE REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA
BR 412019000018-2

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL reconhece a INDICAÇÃO GEOGRÁFICA para o produto/serviço abaixo identificado, concedendo o seu registro para os fins e efeitos da proteção de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 nos seguintes termos:

Indicação Geográfica: Norte de Minas

Espécie: Denominação de Origem

Natureza: Produto

Produto/Serviço: Mel de abelha *Apis mellifera* L. produzido a partir da aroeira *Myracrodruon urundeuva* Allemão e de *honeydew*

País: Brasil

Apresentação da Indicação Geográfica:



Delimitação da área geográfica:

A área foi delimitada pela Portaria do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) Nº 2018/2020, a qual identifica a Região do Norte de Minas como produtora do Mel de Aroeira, composta pelos seguintes municípios: Arinos, Bocaiúva, Bonito de Minas, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Chapada Gaúcha, Campo Azul, Catuti, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Espinosa, Formoso, Francisco Sá, Gameleiras, Glaucilândia, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitai, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lontra, Luislândia, Manga, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE MARCAS, DESENHOS INDUSTRIAIS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Missões, São João do Pacuí, São Romão, Serranópolis de Minas, Ubaí,
Urucuia, Varzelândia e Verdelândia.

Data do Depósito: 30/12/2019

Data de Concessão: 01/02/2022

Requerente: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA APICULTURA NORTE MINEIRA
(CODEANM)

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2022.

Denise Thiengo Santos

Chefe da Seção de Apoio de Desenhos
Industriais e Indicações Geográficas
Portaria de Nomeação Nº 800,
DOU 203 de 21/10/2016





CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MEL DE AROEIRA DO NORTE DE MINAS

CODEA-NM

Conselho de Desenvolvimento da Apicultura do Norte de Minas

UNIMONTES

Universidade Estadual de Montes Claros

CODEVASF

Companhia do Desenvolvimento de Vale do São Francisco

SEBRAE

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Página 1

Yelmo Cesar de Oliveira



1. ENTIDADE PROPONENTE

O pedido de reconhecimento da denominação de origem do **MEL DE AROEIRA DO NORTE DE MINAS** é proposto pelo Conselho do Desenvolvimento da Apicultura do Norte de Minas – CODEA-NM.

2. NOME GEOGRÁFICO A SER PROTEGIDO

O nome geográfico a ser protegido: **MEL DE AROEIRA DO NORTE DE MINAS**

3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

3.1. Mel de abelha colhido da aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão – Anacardiaceae) no Norte do Estado de Minas Gerais.

3.2. O Mel de Abelha é um produto adocicado, produzido por abelhas (*Apis Melífera*) que utilizam o néctar das flores ou as secreções procedentes de partes vivas das plantas ou de excreções de insetos sugadores (psílídeos) que ficam sobre partes vivas das plantas, e estas abelhas recolhem, transformam, combinam com substâncias específicas próprias, armazenam e deixam madurar nos favos das colmeias.

3.3. O Mel de Aroeira possui algumas características determinantes que o distingue dos demais produtos do mercado: A primeira característica é o néctar ser retirado da espécie arbórea *Myracrodruon urundeuva* Allemão – Anacardiaceae, popularmente conhecida como aroeira. É uma espécie nativa da região norte do Estado de Minas Gerais, rica em compostos fenólicos e outros compostos de grande relevância, cuja florada ocorre entre os meses de abril a meados de setembro. A florada da aroeira coincide com o período de pouca chuva na região e temperaturas elevadas. A segunda característica é a presença do inseto psílídeo no tronco da aroeira. O inseto suga a seiva das partes vivas da planta, digere e matura em seu organismo em seguida elimina um líquido adocicado, conhecido como melato, que é recolhido pelas abelhas e levado as colmeias juntamente com o néctar e o pólen retirado das flores.

3.4. Diante de tais fatores, o resultado é a produção de um mel que não cristaliza, com elevados níveis de compostos fenólicos, cor âmbar escura, alta densidade e condutividade elétrica, altos teores de invertase, presenças de açúcares provenientes dos insetos como melizotose e erlose, menor acidez, pH ácido e altos níveis de cinzas.

Página 2

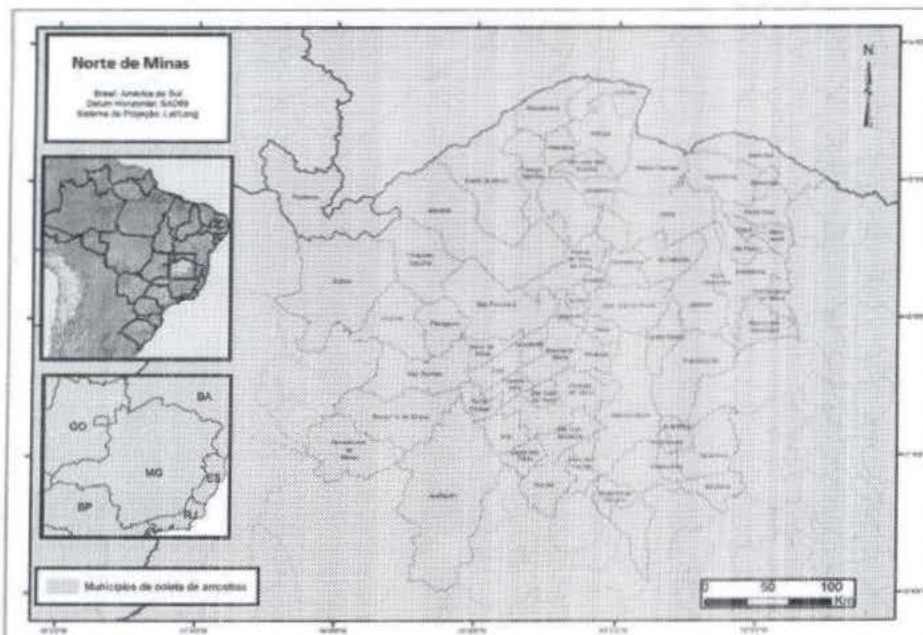
Yelmo César de Oliveira

4. DELIMITAÇÃO DA ÁREA

4.1. Memorial descritivo da área

A Região Norte do estado de Minas Gerais como produtora do Mel de Aroeira é composta pelos seguintes municípios: Arinos, Bocaiúva, Bonito de Minas, Brasilândia de Minas, Brasília de Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Chapada Gaúcha, Campo Azul, Catuti, Claro dos Porções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Espinosa, Formoso, Francisco Sá, Gameleiras, Glaucilândia, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatú, Icarai de Minas, **Itacarambi**, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaiá, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lontra, Luislândia, Manga, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Ponto Chique, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São Romão, Serranópolis de Minas, Ubaí, Urucuia, Varzelândia e Verdelândia.

4.2. Mapa que delimita a área geográfica NORTE DE MINAS



Memorial descritivo da área



5. DESCRIÇÃO DAS QUALIDADES E CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO QUE SE DEVAM EXCLUSIVAMENTE PELO MEIO GEOGRÁFICO (Fatores naturais e fatores humanos)

5.1. Dos fatores naturais

- a) Mel monofloral de aroeira *Myracrodruon urundeuva* Allemão e "honeydew" possui inúmeros grãos de pólen de aroeira representados em quantidade acima de 60% em seu espectro polínico (análises melissopalínologica das amostras da região abordada);
- b) O mel de aroeira "honeydew" apresenta perfil físico químico de coloração âmbar escuro, cuja absorbância foi $>1,0$. A umidade média de 17%, teores de cinzas (0,25-1,05g/100g), acidez média livre (20,84 – 22,64), HMF médio (11 – 24 mg/Kg), teores de açúcares redutores mostraram que a quantidade de frutose (tem média 35%) é pouco inferior à de glicose (38%) e relação entre frutose glicose é de 0,93 média. O teor de erlose médio de 2,3% melezitose 0,4 e rafinose 1%, teores dos compostos fenólicos médio encontrados variam de 119,9 – 339,72 (mg/100g);
- c) O mel de aroeira apresenta atividade antimicrobiana para *S. aureus* e para *E. Coli*. Possui concentração inibitória mínima de 25% (p/v) que é a concentração ideal para atividade antimicrobiana para as duas espécies de microrganismos supracitados.

5.2. Dos fatores humanos

- a) O saber fazer do apicultor se traduz, primeiramente, no conhecimento da flora apícola, identificando a região dentro da área delimitada que possui a aroeira, para a fixação das colmeias (fixas ou móveis), que devem estar protegidas contra o vento, no espaçamento entre as colmeias para a formação do apiário, na limpeza das melgueiras (retirando todo o mel ou resíduos de floradas anteriores e colocando cera nova, quando necessário) ou colocando melgueiras novas, no mês antecedente a época de floração da aroeira, que vai de maio a agosto (dependendo da região dentro da área delimitada), para obter na coleta do mel o mel monofloral da aroeira com as suas características típicas.
- b) O apicultor deve tomar cuidado com o manejo do apiário, antes, durante e depois dos períodos de colheita do mel. Deverá ser instalado um bebedouro caso não haja fonte natural em um raio de 500 metros. A alimentação artificial de abelhas deve ser utilizada exclusivamente para a manutenção e fortalecimento das colméias. Os insumos utilizados para a alimentação artificial, tais como pólen, mel, açúcares e outros, devem ter a origem e/ou composição conhecida e não devem ser fonte de contaminação da colméia e de seus

Página 4

Melmo César de Oliveira



produtos. Quando houver necessidade de alimentação artificial das colônias, o apicultor deve realizar manejo específico para garantir que essa prática não contamine a produção do mel.

c) As técnicas de manejo e os cuidados a serem utilizados pelo apicultor devem assegurar a não contaminação das abelhas e dos produtos da colméia por possíveis fontes próximas ao apiário, como criações de animais confinados, resíduos e efluentes domésticos e utilização de defensivos agrícolas.

d) O saber fazer do apicultor (ou seja, o manejo das colmeias e da coleta do mel) é importante para assegurar a sua qualidade, de forma a preservar suas características físico-químicas e sensoriais, sendo este o nexo causal dos fatores humanos na produção do mel de aroeira.

e) Após a coleta do mel, todo o beneficiamento e ou processamento, a desoperculação, a centrifugação, a filtragem e a decantação devem observar a higienização necessário e não pode não haver misturas com outros lotes de méis, mesmo sendo do mesmo produtor.

6.DESCRICÃO DO CONTROLE SOBRE A PRODUÇÃO E OS PRODUTORES E A DESCRICÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO.

6.1. Do controle

- a) Os apicultores farão o autocontrole através do Caderno de Campo.
- b) Os apicultores deverão preencher ficha de cadastro, identificando as suas colmeias e apiários, assim como volume de produção.
- c) As colmeias deverão ser identificadas individualmente de forma a proporcionar a rastreabilidade da produção.
- d) Os apicultores deverão manter todos os registros relativos aos seus apiários atualizados (cadernos de campo), de forma a garantir sua acessibilidade e disponibilidade em casos de fiscalização, auditorias e procedimentos de medidas corretivas e de *recall*.
- e) Os apicultores deverão seguir o processo de produção descrito neste Caderno de Especificação Técnica.
- f) A CODEANM fará o controle dos produtores e da produção em face da documentação apresentada, do Caderno de Campo e de visitas técnicas.
- g) A CODEANM irá dispor, para fins de controle, de técnico para verificar se os apicultores possuem o Caderno de campo e estão seguindo as normas deste Caderno de Especificação.

Neto Cesar de Oliveira



6.2. Do processo de produção

- a) Os apicultores, estabelecidos dentro da área delimitada, deverão seguir as normas e as orientações dispostas em vigor do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para estabelecer uniformização nos mecanismos produção e controle sobre o mel de aroeira.
- b) Os apiários deverão ser inseridos em propriedades produtoras adequadas, livres de qualquer contaminação que possam alterar ou comprometer a qualidade do mel. Serão ainda, instalados na área rural, respeitando a distância mínima de 3 km de outros apiários, 300 m de construções, criações de animais e áreas movimentadas. Toda a área deve ser sinalizada.
- c) O mel de abelha deverá ser produzido em colméias padrão Langstroth, adotado pela Confederação Brasileira de Apicultura (CBA). As colméias poderão ter a externa pintada, mas sem pinturas das partes internas e dos quadros.
- d) As indumentárias apícolas (macacão, máscaras, etc.) deverão ser mantidas limpas, conservadas e guardadas em local livre de contaminantes. Os utensílios apícolas (faca, vassourinha, formão, alicate, bandeja, fumigador, etc) utilizados no manejo com as abelhas deverão ser de uso exclusivo, mantido limpos e guardados em local livre de contaminantes.
- e) O apicultor deverá preparar a colheita com antecedência. Deverá separar e higienizar todo o material a ser utilizado e lavar sempre o veículo que é utilizado no transporte dos favos.
- f) O apicultor e colaboradores deverão utilizar vestimentas adequadas, dentre elas, macacão, máscara, botas, e luvas e sempre limpas.
- g) O material utilizado para queima no fumigador deverá ser de origem vegetal e livre de contaminantes, devem proporcionar fumaça fria, densa, e sem cheiro forte. No momento da colheita a fumaça deverá ser feita sempre acima dos favos e não sobre eles.
- h) No momento do trabalho de campo e no transporte deverão ser utilizadas bandejas de aço inox ou plástico para que os favos não tenham contato com o chão, o transporte até a Unidade de Extração de Produtos Apícolas (UEPA) deverá ser feita por veículo fechado, ou no caso de transporte aberto usa-se lonas limpas exclusivas para esse fim.
- i) A unidade de extração de produtos apícolas (UEPA) é o local destinado para extração, decantação e envase do mel a granel (em baldes ou tambores), com localização e construção que deve atender as determinações do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Página 6

Helio Cesar de Oliveira



j) A unidade deverá ser higienizada antes e após o uso pelo apicultor, de acordo com as recomendações para o procedimento assegurar a eficiência. Os manipuladores que irão realizar os trabalhos na casa do mel deverão estar de banho tomado, com uniformes limpos e adequados ao trabalho com alimento (gorro, máscaras, jaleco, calça e botas). É necessário que todos os manipuladores tenham recebido treinamento de boas práticas na manipulação de alimentos e estejam conscientes da sua importância na garantia da produção do mel de qualidade.

k) Na unidade de extração (UEPA) o produtor deixará as melgueiras sobre estrados plásticos em uma área destinada a recepção, onde receberão uma limpeza externa, para retirada de sujidades. Após a limpeza, as melgueiras serão levadas para área reservada à manipulação do mel, onde também vai acontecer a centrifugação.

l) Após a coleta e extração, o mel deverá ser levado ao entreposto de mel para ser processado e envazado para comercialização, e tem as seguintes etapas: recebimento, armazenamento, filtragem, homogeneização, envasamento, rotulagem, armazenamento e expedição.

m) Na recepção serão feitas as anotações referentes à procedência e características do mel recebido, de forma que sejam asseguradas a rastreabilidade e identificação do produto. Também deverão ser realizadas na recepção uma pré-higienização dos tambores ou baldes recém-chegados. Os tambores e baldes com mel deverão ser estocados em área específica para matéria prima, onde serão mantidos os estrados. O local deverá ser seco e ventilado.

n) Na desoperculação dos favos será retirada a camada fina de cera que as abelhas utilizam para fechar os opérculos das células com mel maduro, esse trabalho deverá ser realizado com auxílio de uma faca ou garfo desoperculador, e ter como apoio uma mesa desoperculadora.

o) Na centrifugação o mel deverá ser retirado dos favos por ação da força centrífuga, o apicultor deverá estar atento também à velocidade de centrifugação, que deve ser baixa no início e aumentada gradativamente até a completa extração do mel.

p) A filtragem deverá ser feita com o uso de uma peneira ou de uma sequência de peneiras acopladas a um filtro sob pressão. O objetivo é a retirada de fragmentos de cera, abelhas, ou pedaços delas, que saem junto ao mel no processo de centrifugação.

q) O mel deverá ser homogeneizado, por meio de lotes homogêneo e é necessário que os méis de diversas procedências sejam misturados para compor o lote.

Yelmo Cesar de Oliveira



r) A decantação é um processo de repouso que o mel deverá ser submetido. Neste processo as pequenas bolhas de ar, formadas durante a centrifugação, filtragem, homogeneização, impurezas leves que passaram pelos filtros vão decantar, formando uma camada de espuma e sujidades na superfície do mel, estas são retiradas antes de encaminhar o mel para o envase. Todo esse processo deverá ocorrer em tanques de decantação. O período de decantação varia de 3 a 5 dias dependendo da densidade do mel.

s) O envase e rotulagem será realizado de forma fracionada em diversos tipos de embalagem ou a granel, sempre identificando, através de número, o lote da produção.

t) O mel envasado deverá ser armazenado em local específico seco, fresco, mantido ao abrigo da luz e sobre estrados, onde permanecerá até a comercialização. É importante observar os cuidados já mencionados anteriormente quanto à temperatura de estocagem para evitar a depreciação da qualidade do mel armazenado. A expedição deverá ocorrer em área coberta em sombreada, o mel não deve ficar sob exposição direta ao sol e ao calor excessivo para evitar perda de qualidade.

7. DESCRIÇÃO DO PADRÃO DO MEL DE AROEIRA PARA O CONTROLE SOBRE O PRODUTO

7.1. O mel de aroeira deverá apresentar as seguintes características, em exame no laboratório credenciado pela CODEANM, para o devido controle do produto:

a) Mel monofloral de aroeira *Myracrodruon urundeuva* Allemão e "honeydew", possui grãos de pólen de aroeira representados em quantidade acima de 60% em seu aspecto polínico;

b) O mel de aroeira "honeydew" apresenta em seu perfil físico-químico:

- Coloração âmbar escura, cuja absorbância foi $>1,0$

- HMF (11- 24mg/Kg)

- Teores dos compostos fenólicos variando de 119,9- 339,72 (mg/100g);

c) Em caso de dúvida quanto a identidade do produto, pode-se determinar:

- Os teores de açúcar redutores que devem apresentar a quantidade de frutose (tem média 35%), um pouco inferior à de glicose (38%) e relação entre frutose e glicose e de 0,93 média;

- O teor de erlose médio e de 2,3%, melezitose 0,4 e rafinose 1% (traços destes açúcares é típico do mel de aroeira);

Neônio Cesar de Oliveira



- Atividade biológica do mel de aroeira, atividade antimicrobiana frente *S. aureus* e para *E. coli*.
Com concentração inibitória mínima de 25% (p/v) como concentração ideal para as duas espécies de microrganismos supracitados.

8. DAS CONDIÇÕES DE USO

- a) A denominação de origem MEL DE AROEIRA DO NORTE DE MINAS é um direito de todos os produtores que estão estabelecido dentro da área geográfica delimitada de caráter espontâneo e voluntário, desde que cumpram na íntegra, as disposições normativas deste Caderno de Especificações Técnicas.
- b) Caberá ao CODEA-NM, manter banco de dados gerais de informação dos processos de enquadramento, dos lotes de mel aprovados para a Denominação de Origem, e de informação dos produtores e das Unidades Industriais que participam do processo, redigir normas internas para permitir ações de auditoria e rastreabilidade, como também para promoção e comercialização dos produtos.
- c) O tempo de manutenção dos registros, de cada lote identificado, será de no mínimo cinco anos.
- d) Aos produtores e Unidades Industriais a se beneficiarem pela Denominação de Origem poderá ser cobrado uma taxa referente aos custos de controle, observando o princípio do custo-benefício.
- e) Para fiel cumprimento das normas e condições estabelecidas neste dispositivo, cria-se o Conselho Regulador do CODEA-NM, cujas funções atribuições e funcionamento seguirão as disposições estabelecidas no Estatuto do CODEA-NM.

9. EVENTUAIS SANÇÕES APLICÁVEIS À INFRINGÊNCIA DAS CONDIÇÕES DE USO

9.1. São condutas caracterizadoras de infrações:

- a) Descumprir as normas reguladoras e mecanismo de produção e elaboração da apicultura do mel de aroeira estabelecidos neste ordenamento e demais ordenamentos legais que dispõe sobre a atividade;
- b) Descumprir as normas de manejo da espécie aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão);
- c) Colocar no mercado produto diverso do mel de aroeira utilizando-se do selo de controle;
- d) Usar indevidamente o nome MEL DE AROEIRA DO NORTE DE MINAS;

Página 9

Melão Cesar de Oliveira



- e) Colocar no mel de aroeira selo que possa causar confusão com o selo de controle;
- f) Deixar de comunicar ao Conselho Regulador e à autoridade competente a incidência de conduta de concorrência desleal praticada por outro apicultor ou associação;
- g) Deixar de denunciar ao CODEA-NM e à autoridade competente ações clandestinas na coleta e transporte das aroeiras (*Myracrodruon urundeuva* Allemão) e das abelhas (*apis mellifera*), tanto por parte de apicultores como de particulares.

9.2. As sanções pelo descumprimento das regras previstas neste ordenamento, serão passíveis das penas de advertência, multa e suspensão do uso da denominação de origem Mel de Aroeira do Norte de Minas.

a) As penas de advertência, multa e suspensão serão aplicadas àqueles que descumpram quaisquer das regras dispostas neste Caderno de Especificações Técnicas.

a) No caso do apicultor ser punido com três advertências será automaticamente punido com multa e uma pena de suspensão.

b) A multa será estipulada em UFIR, em Ata própria e a pena de suspensão terá prazo mínimo de 90 (noventa) dias e prazo máximo de 2 (dois) ano.

c) O infrator somente será punido com a pena de suspensão e proibição de uso caso cometa algumas das condutas previstas neste Caderno de Especificação Técnica.

9.3. A apuração das infrações e aplicação das sanções mencionadas deverá ser feita no prazo máximo de um ano, contado da data que o Conselho de Administração tomou ciência do fato.

a) A CODEA-NM fixará a data da reunião para deliberação acerca da apuração e sanção por infrações.

c) Na reunião marcada para este fim, primeiramente o Conselho de Administração apreciará sobre a configuração ou não da infração. Ao apicultor será garantido exercer o seu direito de ampla defesa durante a reunião. Caso seja verificada a ocorrência da infração, então será submetido à apreciação da pena a ser aplicada.

9.4. Em todos os casos o apicultor punido poderá recorrer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data em que for formalmente notificado da sanção.

a) A CODEA-NM após receber o recurso, terá prazo de 48 (quarenta e oito) horas para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo ao recurso até o seu julgamento.

b) Todos os recursos serão levados a apreciação da Assembleia Geral.

Meônio Cesar de Oliveira

Sheila

c) Em qualquer caso, o recurso será considerado provido (aceito), se aprovado por maioria absoluta dos presentes na reunião da Assembleia Geral.

10. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



PROTOCOLO Nº 17522 - Registro nº 9485 - Av 26 Livro A67 - Folha 17/27 - Data 27/07/2021	
Cotação: Emol R\$ 216,39 - TFJ R\$ 75,17 - Recome R\$ 12,94 - Desp.: R\$ 0,00 - Valor Final R\$ 304,50 - ISS: R\$ 0,00 - Códigos 6701-0 (1), 6201-8 (1), 6601-9 (1), 8101-8 (11)	
<i>Sheila</i> Sheila Danielle Moreira de Souza - Oficial	
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Bocalúva - MG	
SELO DE CONSULTA: ESD88443 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7998.3855.0934.7389	
Quantidade de atos praticados: 14 Atos praticados por: Sheila Danielle Moreira de Souza - Oficiala Emol.: R\$ 229,33 - TFJ: R\$ 75,17 Valor Final: R\$ 304,50 Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	
	

MeLio Cesar de Oliveira

[illegible]

	SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL			
	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020 SIT 1510.01.0151881/2020-69			
	Atos de Administração e Pagamento de Pessoal confirma a pretenção. Desta forma deve o servidor J.L.L., MAP 387.576-2, restituir as verbas apuradas no presente Processo Administrativo.			
	Belo Horizonte, 23 de setembro de 2020			
	Venina Ignezia Leite da Cunha Pereira			
	Delegada Geral da Polícia			
	Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal			
				30 1423894 - 1
	ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS			
	no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do artº 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Leticia Rocha da Cunha, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.482.778-6, para prestar serviços na Delegacia Especializada de Homicídios de Belo PR/99PC Campo Belo/ 6º Depto Lavras, procedente da área de Polícia Civil.			
	no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso IV do artº 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Leticia Rocha da Cunha, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.482.778-6, para prestar serviços na Delegacia Especializada de Homicídios de Belo PR/99PC Campo Belo/ 6º Depto Lavras, procedente da área de Polícia Civil.			
	no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do artº 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Ludiana Alves Fernandes, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.487.407-7, para prestar serviços na 3ª Delegacia de Polícia Civil de Serrana/ SP DRPC Nova Serrana/ 7º Depto Divinópolis, procedente da Academia de Polícia Civil.			
	no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do artº 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Ludiana Alves Fernandes, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.487.407-7, para prestar serviços na 3ª Delegacia de Polícia Civil de Serrana/ SP DRPC Nova Serrana/ 7º Depto Divinópolis, procedente da Academia de Polícia Civil.			
	no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do artº 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Leticia Rocha da Cunha, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.482.778-6, para prestar serviços na Delegacia Especializada de Homicídios de Belo PR/99PC Campo Belo/ 6º Depto Lavras, procedente da área de Polícia Civil.			
	no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do artº 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Leticia Rocha da Cunha, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.482.778-6, para prestar serviços na Delegacia Especializada de Homicídios de Belo PR/99PC Campo Belo/ 6º Depto Lavras, procedente da área de Polícia Civil.			
	usando da competência delegada pelo art.1º, do Decreto nº 23 de dezembro de 2021, exonera, a pedido, nos termos do alínea "a", da lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e Resolução nº 729-S/2015, de 16 de janeiro de 2012, Camila Guedes Responso, Perito Criminal, nível I, MASP 1.364.543-7, para exercer a função de Analista da Policia Civil, nível I, MASP 1.364.543-7, da Diretoria de Informática/SITP, a partir de 28/10/2020, dando o devido ao servidor.			
	no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 22 do seu nº 37.924, de 16 de maio de 1996, e Decreto 42.251 de maio de 2002, que dispõem sobre a execução orçamentária e financeira,			
	o servidor a seguir nominados da função de Ordenador de despesas nas respectivas Unidades Executoras:			
	SP	Nome	Cargo	UE
	06-1	Irani Ferreira Dos Santos	Delegado de Polícia	1510052
	122-3	Marcos Cavalcante Inacio	Investigador de Policia	1510052
	o servidor a seguir nominado para exercer a função de Responsável na respectiva Unidade Executora:			
	SP	Nome	Cargo	UE
	122-3	Marcos Cavalcante Inacio	Investigador de Policia	1510052
	no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 22 do seu nº 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõem sobre a execução orçamentária e financeira,			
	o servidor a seguir nominado de exercer a função de Ordenador de despesas na respectiva Unidade Executora:			
	SP	Nome	Cargo	UE
	11-7	Bruno de Almeida Felipe	Perito Criminal	1510085
	o servidor a seguir nominado para exercer a função de Ordenador de despesas nas respectivas Unidades Executoras:			
	SP	Nome	Cargo	UE
	151-5	Beatriz Cristina da Silva Ferreira	Perito Criminal	1510085
	no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto nº 9 de janeiro de 2002, que dispõem sobre a execução orçamentária e financeira,			
	o servidor a seguir nominado da função de Responsável Técnico-responsável na respectiva Unidade Executora:			
	SP	Nome	Cargo	UE
	122-3	Rafael Jose Nogueira Almeida	Investigador de Policia	1510039
	no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto nº 9 de janeiro de 2002, que dispõem sobre a execução orçamentária e financeira,			
	o servidor a seguir nominado para exercer a função de Responsável Técnico na respectiva Unidade Executora:			
	P	Nome	Cargo	UE
	1-0	Luz Carlos Neves	Investigador de Policia	1510047
	no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto nº 9 de janeiro de 2002, que dispõem sobre a execução orçamentária e financeira,			
	os servidores a seguir nominados para exercerem a função de Responsável Técnico nas respectivas Unidades Executoras:			
	P	Nome	Cargo	UE
	6-8	Daniello Cesar Vieira	Investigador de Policia	1510080
	7-9	Fernando de Oliveira Costa	Investigador de Policia	1510080
	2-6	Luis Claudio Octaviano de Alvaranga Filho	Investigador de Policia	1510080
	9-2	Thiago Martins Araújo	Investigador de Policia	1510080
				30 1423892 - 1

Art. 1º - Estabelecer requisitos para a aprovação da rotulagem com o uso das expressões frango caprino, colônia ou capoeira ou ovo de frango caprino, colônia ou capoeira das seguintes modalidades processadas de acordo com o Regulamento de Controle Sanitário emitido pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IBOPE, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, do Ministério de Agropecuária - IMA:

Art. 2º - Para a aprovação da rotulagem, os estabelecimentos deverão apresentar documentação comprobatória de que os produtos (ovos) devem ser procedente de propriedades previamente certificadas pelo Organismo de Certificação de Produtos Acreditado pelo INMETRO.

Art. 3º - Para a utilização das expressões "frango caprino", "frango colônia" ou "frango capoeira" na rotulagem, as aves deverão ser de espécie Gallus gallus domesticus, oriundas de granjas avícolas que possuam Certificação de Conformidade emitida por organismo de certificação credenciado pelo INMETRO, e os produtos, resultante do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Norma Brasileira - ABNT NBR 16389: 2015 que dispõe sobre "Avicultura - Produção, classificação e identificação do frango caprino, colônia ou capoeira".

§ 1º - Os produtos certificados na forma do caput deste artigo devem ser identificados na rotulagem aprovada pelo IMA, por "frango caprino", "frango colônia" ou "frango capoeira", e os produtos derivados, como ovos, seus respectivos cortes, miúdos comestíveis, processados e derivados, deverão ser identificados na rotulagem aprovada pelo IMA, por "ovo de frango caprino", "ovo de frango colônia" ou "ovo de frango capoeira".

§ 2º - Os produtos oriundos de granjas avícolas, que não sejam de espécies Gallus gallus domesticus criadas em granjas avícolas que possuam Certificação de Conformidade emitido por organismo de certificação credenciado pelo INMETRO, e os produtos, resultante do cumprimento dos requisitos estabelecidos na Norma Brasileira - ABNT NBR 16437: 2016 que dispõe sobre "Avicultura - Produção, classificação e identificação do ovo de capoeira", deverão ser identificados na rotulagem aprovada pelo IMA, por "ovo de capoeira".

§ 3º - Os produtos ovos em natura, processados e derivados (ovo em pó, ovo líquido, etc), certificados na forma do caput deste artigo, devem ser identificados na rotulagem aprovada pelo IMA por "ovo caprino", "ovo colônia" ou "ovo capoeira".

§ 4º - Na rotulagem dos produtos podem existir textos referentes ao linhagem, a raça, aos métodos de criação e ao arrastamento do frango caprino, colônia ou capoeira, desde que não sejam utilizados para esclarecimento aos consumidores sobre a identidade do produto.

§ 5º - No caso de uso de cores/pigmentos naturais, com a finalidade de intensificar a coloração da carne, é obrigatória a declaração de

30 1423783 - 1

ATOS DO SENHOR DIRETOR

A Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução Sedese nº 01/2019:

CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, ao servidor:

Masp 304779-2, Ildio Inácio Alves, Analista de Gestão de Políticas Públicas em Desenvolvimento V A, referente ao 7º quinquênio de exercício, a partir de 31.03.2009 referente ao 7º quinquênio de exercício, a partir de 31.03.2013 referente ao 8º quinquênio de exercício, a partir de 17.03.2014.

Petição 870210000707 de 05/01/2021 pág. 30/72

MINAS GERAIS - CADERNO 1

1 - Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais - competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.
Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas as exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na Lei nº 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2127, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, em conformidade com os incisos III e X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito, com o art. 1º da Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e com as Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG;

Considerando o cumprimento das exigências inseridas na Lei nº 12.977/2014 e nas Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG, devidamente atestado pela Coordenação de Administração de Trânsito (CAT) no âmbito do município de Belo Horizonte e Departamentos e Regionais de Polícia Civil;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Delia Cabral da Silva 13699018601, CNPJ nº 27.049.342/0001-57, situada na Rua Santo Expedito, nº 45-Casa, Bairro Nossa Sra Do Carmo, Ouro Preto - MG, CEP 35400-000, para a atividade de Desmontagem de veículos automotores terrestres.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:
1 - Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais - competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas as exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na Lei nº 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2128, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, em conformidade com os incisos III e X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito, com o art. 1º da Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e com as Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG;

Considerando o cumprimento das exigências inseridas na Lei nº 12.977/2014 e nas Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG, devidamente atestado pela Coordenação de Administração de Trânsito (CAT) no âmbito do município de Belo Horizonte e Departamentos e Regionais de Polícia Civil;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Milton Junior Rodrigues Dos Santos 08495540683, CNPJ nº 15.572.010/0001-96, situada na Rua Coronel Moscar, nº 186, Bairro Icarai, Monte Azul - MG, CEP 35900-000, para a atividade de Desmontagem de veículos automotores terrestres.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:
1 - Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais - competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas as exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na Lei nº 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2129, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, em conformidade com os incisos III e X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito, com o art. 1º da Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e com a Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017;

Considerando o cumprimento das exigências inseridas na Lei nº 12.977/2014 e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017, devidamente atestado pela Coordenação de Administração de Trânsito (CAT) no âmbito do município de Belo Horizonte e Departamentos e Regionais de Polícia Civil;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Sheila Mendes de Jesus - CPF, CNPJ nº 20.071.829/0001-71, situada na Rua Santa Eulália, nº 80, Bairro São Sebastião, Igarapé - MG, CEP 32900-000, para a atividade de Comercialização de Partes e Peças.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:
1 - Autorizar e disciplinar a comercialização de partes e peças de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais - competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas as exigências na Lei n. 12.977 de 2014, Resolução nº 611 do CONTRAN, de 2016, Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na Lei nº 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 2130, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, em conformidade com os incisos III e X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito, com o art. 1º da Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e com as Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG;

Considerando o cumprimento das exigências inseridas na Lei nº 12.977/2014 e nas Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG, devidamente atestado pela Coordenação de Administração de Trânsito (CAT) no âmbito do município de Belo Horizonte e Departamentos e Regionais de Polícia Civil;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Usada Comercio Automotivo Ltda, CNPJ nº 36.717.616/0001-25, situada na Rua Evaristo Gomes Guerra, nº 1046 - Loja, Bairro Jardim Gloria, LAVRAS - MG, CEP 37209-214, para a atividade de Desmontagem de veículos automotores terrestres.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:
1 - Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais - competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas as exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na Lei nº 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

PORTARIA Nº 2.137, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020
O Diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN/MG, em conformidade com o inciso X, do art. 22, da Lei 9.503/1997 - CTB, Resolução nº 452/12 do CONTRAN, art. 7º do Decreto Estadual nº 47.626/2019 e Portaria 792/19 DETRAN/MG;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a Empresa Clínica Médica e Psicológica Sabará LTDA, CNPJ nº 34.639.892/0001-97, com sede na Rua Das Laranjeiras, 171, Bairro Centro, Cidade Sabará/MG, CEP 34.505-435, que receberá junto ao DETRAN o código nº 365 para exercer suas atividades nesse município.

Art. 2º O credenciamento tem por objetivo:
1 - realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à obtenção de permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à mudança e adição de categoria, registro de Carteira Nacional de Habilitação de outros Estados da Federação e Intercenais no Brasil, nos candidatos a Diretor-Geral, Diretor de Ensino, Instrutor e Examinador de Trânsito regem-se pelas normas estabelecidas conforme determinação do CONTRAN, do DENATRAN e do DETRAN/MG, ou outros que este Departamento venha a autorizar.

Art. 3º A vigência deste Credenciamento é de 10 (dez) anos, prorrogável uma vez por igual período, mediante requerimento da pessoa jurídica através de seus sócios e observadas as exigências do Decreto nº 47.626/2019 e suas alterações, e legislação de trânsito, cabendo ao DETRAN/MG a supervisão do credenciamento a cada 01 (um) ano, sem prejuízo da fiscalização que será realizada a qualquer tempo, consoante art. 2º, art. 12, §§ 3º e 4º do art. 174, 32, do mesmo Decreto Estadual e inciso IX do art. 11 da Portaria 792/19 DETRAN/MG.

§ 1º - Após o vencimento da prorrogação de que trata o caput deste artigo, que fará totalizar vinte anos de credenciamento, a entidade deverá submeter a novo processo de credenciamento caso tenha interesse em dar continuidade à prestação do serviço previsto neste decreto.

§ 2º - A validade desta Portaria de Credenciamento é de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura pelo Diretor do DETRAN, renovável por iguais e sucessivos períodos, desde que mantidas as condições para a execução do serviço, que não sejam identificadas irregularidades nos sistemas nos procedimentos anuais de fiscalização de renovação do credenciamento e que haja requerimento pessoa jurídica através de seus sócios, com a apresentação dos documentos necessários a esse fim.
1 - renovação do credenciamento se dará com o devido recolhimento da Taxa de Segurança Pública, prevista na Tabela "D" da Lei nº 6.763/1975, desde que requerida pelo credenciado e observadas as exigências da legislação vigente.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação estando vinculada ao Termo de Credenciamento nº 610/2020.

PORTARIA Nº 2.153, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020
Institui Comissão de Leilão de Veículos da Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Paranaíba, do 10º Departamento de Polícia Civil - para a prática de atos necessários à realização de leilão público de veículos automotores renovados, retidos ou apreendidos por infração à legislação de trânsito e não reclamados, no prazo assinado pelas normas reguladoras da espécie.

Art. 1º O Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais - Detran-MG, Órgão Estadual de Trânsito e integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil, usando das atribuições que lhe confere o artigo 22, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

considerando que os pillos disponibilizados à Delegacia de Polícia Civil do Carmo do Paranaíba/MG para a guarda de veículos apreendidos, em razão de remoção, retenção ou apreensão de veículos, por infração à legislação de trânsito, encontram-se lotados;

considerando os elevados custos na manutenção da guarda dos veículos apreendidos;

considerando o que dispõe o artigo 328 do CTB, a Lei nº 13.160, de 25 de agosto de 2013, o Decreto Estadual nº 43.824, de 28 de junho de 2004 alterado pelo Decreto Estadual nº 44.806, de 12 de maio de 2008, e as Resoluções - Contran nºs 179, de 07 de julho de 2005, 331, de 1º de agosto de 2009, que regulamentam e uniformizam a venda, em leilão público, dos veículos automotores apreendidos e não reclamados pelos proprietários, no decurso de 60 (sessenta) dias;

considerando a solicitação firmada pelo Delegado Regional de Polícia Civil da cidade de Patos de Minas/MG, contida no ofício nº 47/2020/PCMG/10DEPPC/DRPC/PAT MINAS, SEI nº 151.010.012/2019-25, de 15/12/2020;

Resolve:
Art. 1º Institui Comissão de Leilão de Veículos renovados, retidos ou apreendidos por infração à legislação de trânsito, para a realização do prazo assinado pelas normas reguladoras da espécie, para a efetivação da hasta pública de automotores recolhidos a depósito na Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Paranaíba, conforme previsto no § único, do art. 6º do Decreto Estadual nº 43.824, de 28 de junho de 2004, presidida pelo Bel. Hiago Marciano Araújo Caixeta, masp. 1.479.155-2 e composta pelos membros: Alison Eduardo de Faria Ferreira, masp. 1.480.486-8, e Marlon Carlos de Azevedo, masp. 1.289.147-7.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 716, de 9 de março de 2020.

28 1432219 - 1

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

74.023 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art. 65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Sionora Aparecida Timoco da Silva, Escrivã de Polícia, nível II, MASP 1.232.883-7, lotada no Departamento Estadual de Combate à Corrupção e a Fraudes, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 04/12/2020.

74.024 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Pedro Pereira da Silva, Investigador de Polícia, nível II, MASP 1.257.261-6, lotada na Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Paranaíba, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

74.025 - no uso de suas atribuições, concede licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 59, inciso II e art. 65, § 1º da Lei nº 129 de 08 de novembro de 2013, a Eduardo de Araújo Pedra, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.122.067-4, lotada na Delegacia de Polícia Civil de Varginha, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 07/12/2020.

74.026 - no uso de suas atribuições, nos termos da Lei 9.401, de 18 de dezembro de 1986, regulamentada pelo Decreto nº 27.471, de 22 de outubro de 1987, concede a Juliana Pedreira Pazini Silva, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.315.155-0, lotada na 7ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Varginha, redução de jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais pelo período de 06 (seis) meses.

74.027 - no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 22 do Decreto nº 37.924, de 16 de maio de 1996, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira,

Dispensa os servidores a seguir nominados para exercer a função de Ordenador de Despesas na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
1.188.724-7	Tingo Viera Ludwig	Delegado de Polícia	1510045
1.237.198-5	Ederson Pires Cruz	Delegado de Polícia	1510045

Designa a servidora a seguir nominada para exercer a função de Ordenador de Despesas na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
1.242.514-6	Janaina Monteiro dos Reis Mendes	Investigador de Polícia	1510045

Designa o servidor a seguir nominado para exercer a função de Ordenador de Despesas na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
1.188.200-8	Fredério Raso Lopes de Abella	Delegado de Polícia	1510071

MASP	Nome	Cargo	UE
259.349-9	Walter do Rosário Souza Felisberto	Delegado de Polícia	1510132
1.145.056-6	Alessandra Escobar Vieira Wilke	Delegado de Polícia	1510087

Designa os servidores a seguir nominados para exercer a função de Ordenador de Despesas nas respectivas Unidades Executoras:

MASP	Nome	Cargo	UE
258.739-9	Rosilene Alves de Souza	Delegado de Polícia	1510132
458.206-0	Rogério Alessandro Batista Motta	Investigador de Polícia	1510132

Dispensa a servidora a seguir nominada para exercer a função de Responsável Técnico na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
1.412.081-0	Renata Pereira dos Santos	Delegado de Polícia	1510132

Designa o servidor a seguir nominado para exercer a função de Responsável Técnico na respectiva Unidade Executora:

MASP	Nome	Cargo	UE
341.133-7	Alessandro Tadeu Alves Amorim	Investigador de Polícia	1510132

74.030 - no uso de suas atribuições, reafirma o ato nº 73.974, referente a dispensa de servidores, publicado no IOMG em 15/12/2020.

Onde se lê: Dispensa o servidor a seguir da função de Ordenador de Despesas.

Dispensa o servidor a seguir da função de Responsável Técnico.

ATOS ASSINADOS PELA SENHORA SUPERINTENDENTE DE INVESTIGAÇÃO E POLÍCIA JUDICIÁRIA

74.031 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do artigo 38, inciso V, c/c o artigo 52, inciso I, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Nathalia Januária de Faria do Valle Silva, MASP 546.991-1, Investigadora de Polícia, nível III, para prestar serviço na 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Nova Serrana/71º Deppe Divinópolis, procedente de Piauí.

74.032 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do artigo 38, inciso V, c/c o artigo 52, inciso I, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Everton Gonçalves de Carvalho, MASP 1.480.486-8, Investigador de Polícia, nível I, para prestar serviço na Delegacia de Polícia Civil de Itacarambi/2º Depre Juazeiro/11º Deppe Montes Claros, procedente de Itacarambi.

28 1432212 - 1

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretária: Ana Maria Soares Valentini

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Thales Almeida Pereira Fernandes

EXTRATO DE PORTARIA IMA Nº 2023/2020 - INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATÓRIA
Sindicância Administrativa Investigatória para apurar supostas irregularidades relacionadas aos fatos descritos na Pimilha COGE nº 253 registrado no SEI nº 1520.010.014/2020-74. Comissão Sindicante: Presidente: Renaldo Adriano Bispo de Oliveira. Membros: Elaine Alves Franco e Wagner Aquino Machado.

IMA, Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2020.

THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES
DIRETOR-GERAL - IMA

09 1426573 - 1

PORTARIA IMA Nº 2030, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.
Altera o Anexo Único do Artigo 1º da Portaria IMA nº 1901, de 12 de fevereiro de 2019.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 12, incisos I e VI do regulamento a que se refere o Decreto nº 47.859, de 07 de fevereiro de 2020, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Anexo Único do Art. 1º, da Portaria IMA nº 1901, de 12 de fevereiro de 2019, acrescentando os valores de prestação de serviços de certificação de hortaliças, ou capira, mel e cadeia de custódia.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2020.
Thales Almeida Pereira Fernandes
Diretor-Geral

ANEXO ÚNICO	MED.	UFEMG
CERTIFICAÇÃO DE CAFÉ		
Preço Público		
Emissão de selos de certificação de origem	Saca de 60 kg	0,25
Auditoria de conformidade	ha	
	0,1 a 5,0	18,00
	5,1 a 10,0	22,00
	10,1 a 20,0	48,00
	20,1 a 50,0	55,00
	50,1 a 100,0	73,00
	100,1 a 200,0	110,00
	200,1 a 400,0	140,00
	400,1 a 500,0	176,00
	> 500,0	202,00

CERTIFICAÇÃO DE LEITE		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE FRUTAS		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
Emissão de Certificado de origem e qualidade	Por tonelada	1,00
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS SAI (SEM AGROTÓXICOS)		
Preço Público		

TERÇA-FEIRA, 29 DE DEZEMBRO DE 2020 - 7

Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE CARNE BOVINA		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE CACHAÇA		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE QUEIJOS ARTESANAIS		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE AZEITE		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE FRANGO CAIPIRA		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE HORTALIÇAS		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE OVO CAIPIRA		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE MEL		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00
CERTIFICAÇÃO DE CADEIA DE CUSTÓDIA		
Preço Público		
Auditoria de conformidade	Auditoria	100,00

28 1432266 - 1

PORTARIA IMA Nº 2029, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.
Altera o anexo único da Portaria IMA nº 1901, de 30 de novembro de 2020.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, inciso I, combinado com o art. 2º, inciso II e o art. 28, inciso X do Regulamento baixado pelo Decreto Estadual nº 47.859, de 07/02/2020, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o título do mapa anexo à Portaria IMA nº 1901, de 30 de novembro de 2020. Onde lê-se: "Denominação de Origem do Mel de Melato", Leia-se: "Norte de Minas", conforme mapa, em anexo único desta portaria.